

Lembrai-vos de 1943!

**E
D
I
T
O
R
I
A
L**

Há seis meses - quando todos supunham estar no céu, salvos e gloriosos, com a bolsa em alta, e todos os indicadores que empolgam o orgulho nacional, como a indústria automobilística, batendo seus próprios recordes, etc., etc. e tal - não havia crise. Mas um setor pouco estimado lastreava de realidade esses bons tempos: a agropecuária.

Como era impossível desconhecê-la - posto que gerava 36% das exportações, o ponto mais relevante e visível do bom desempenho da economia -, apelou-se para o neologismo "agronegócio" como álibi para não revisar os preconceitos, caricaturas, grosserias e, principalmente, infâmias gerados por campanhas ideológicas que estigmatizam os produtores rurais ou ruralistas, setor agrícola ou mesmo agronegócio, como queiram. O importante é identificar o setor da economia que gera 24% do produto interno bruto (PIB) e oferece, por meio de seu 1 milhão de estabelecimentos, grandes, médios e pequenos, 37% das vagas de trabalho no Brasil.

Foi ainda nesse tempo de bonança que começamos a refletir sobre um programa de institucionalização do setor a partir do binômio Afirmação & Ruptura, em que agora nos empenhamos como um programa de profunda revisão das relações do setor rural com a sociedade brasileira. O objetivo é ao mesmo tempo definir o que somos (de onde viemos e para onde vamos, realisticamente) e repelir, refutar, desmentir, desmoralizar, desfazer a enorme e insuportável carga de conceitos e idéias que não correspondem à nossa verdade.

E um dos primeiros temas - o primeiro, de fato - foi a questão dos trabalhadores da agropecuária.

Partindo do princípio de que o trabalhador rural é protegido pela lei de forma irrenunciável - ou seja,

é a sociedade que lhe assegura direitos, independentemente da sua própria vontade -, ele não é escravo, empregado de segunda categoria ou diferenciado, mas reconhecido pela Constituição como qualquer outro trabalhador brasileiro.

Apresentou-se, então, a questão das denúncias sobre trabalho escravo. Mergulhamos seriamente no tema para compreender os episódios descritos.

A evolução desigual da atividade agrícola no Brasil resultou em lamentável e inquestionável defasagem entre os produtores, seja regionalmente, marginalizando e isolando as regiões remotas, seja em função das culturas cujo processo produtivo evoluiu extraordinariamente em algumas áreas e em outras estacionou. Não se inserindo, por exemplo, na dinâmica produtiva do agronegócio. Sem que se possa justificar ou tolerar, verificaram-se concretamente casos de negligência e desrespeito às regras trabalhistas, pronta e legalmente registradas, denunciadas. Não importa que tenham sido casos isolados, resultado de ignorância e descuido, embora não seja possível, por esses motivos, apelar para qualquer temporização que estimule o desrespeito à lei. Esta é a nossa afirmação: os produtores rurais defendem intransigentemente a realidade e o respeito à lei. O princípio da legalidade democrática, primeiro e principal compromisso do empresário rural brasileiro.

Passemos, então, à ruptura. Temos de nos livrar não apenas da carapuça do trabalho escravo - que nos jogam na expectativa de que assumamos a ilegalidade e nos comprometamos, pela solidariedade. Mas não podemos deixar de resgatar os que incidiram no erro por atraso ou despreparo. Sindicatos rurais do País inteiro - sob a liderança da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) - estão organizando equipes

A evolução desigual da atividade agrícola no Brasil resultou em lamentável e inquestionável defasagem entre os produtores, seja regionalmente, marginalizando e isolando as regiões remotas, seja em função das culturas cujo processo produtivo evoluiu extraordinariamente em algumas áreas e em outras estacionou.

EDITORIAL

↳ Lembrai-vos de 1943

■ Páginas 01 e 02

EVENTOS

■ Página 02

PEQUENAS NOTAS

■ Página 04

FIQUE SABENDO

↳ Parlamentares negociam medidas para preservar safra agrícola

↳ Produtores terão mais prazo para pagar dívidas de crédito rural

↳ Renda agrícola deve cair 7% em 209

■ Páginas 03 e 04

NOTICIA DA CNA

↳ CNA levará proposta do setor de revisão do Código Florestal à Presidência da República

■ Páginas 05

ESPAÇO DO AGROPACTO

↳ Encontro semanal do dia 16/12/08

■ Página 05 e 06

Informativo Semanal



Nº 538

Órgão de divulgação de assuntos de interesse do Setor Agropecuário e do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense.

Coordenação e Elaboração: Gerardo Angelim de Albuquerque - Chefe de Gabinete da FAEC

Coordenador Geral do Agropacto: JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO (Presidente da FAEC)

Membros do Comitê Consultivo: Setor Público

Antônio Bezerra Peixoto - SDA
Antonio Cleber Maurício de Alencar - BB
Evandro Vasconcelos Holanda Júnior - Embrapa Caprinos
Francisco Zuza de Oliveira - ADECE
João Hélio Torres D'Ávila - UFC
João Ribeiro Crisóstomo - Embrapa Agroindústria Tropical
José Alves Teixeira - BNB
Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota - SECITECE

Setor Privado

Carlos Prado - IBRAF/NE
Cristiano Peixoto Maia - C.S. Camarão
Edgar Gadelha Pereira Filho - C.S. Camaúba
Euvaldo Bringel Olinda - Instituto Frutal
Francisco Férrer Bezerra - FIEC
Gilson Gondim - C.S. Flores
João Nicélio Alves Nogueira - OCEC
João Teixeira Júnior - UNIVALE
José Alberto Costa Bezerra Júnior - C.S. Leite
Luiz Prata Girão - BETÂNIA
Raimundo Reginaldo Braga Lobo - SEBRAE/CE
Tom Prado - C.S. Fruticultura

Secretária:

KAMYLLA COSTA DE ANDRADE

Editoração Digital:

GEOVANA COSTA

Taquigrafia:

IRLANA GURGEL

Patrocínio:

BANCO DO BRASIL S/A

CONSULTA

Para maiores esclarecimentos sobre as informações aqui divulgadas, favor comunicar-se com a **SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO DE COOPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE**.

Endereço: Rua Edite Braga, 50 - Jardim América - 60.425-100 Fortaleza - CE

Telefones: (0xx85) 3535-8006/3535-8017

Fax: (0xx85) 3535-8001

E-mail: agropacto@faec.org.br

Site: www.agropacto-ce.org.br

Continuação

multidisciplinares que irão de propriedade em propriedade treinando e atualizando os produtores para que não apenas se adaptem exemplarmente à legislação - no que não fazem nenhum favor, pois são obrigados a cumpri-la -, mas atinjam a excelência nas relações com seus empregados. Para nos tornarmos um eficaz observatório das desproteções sociais que afligem os trabalhadores rurais, vítimas dos vazios institucionais que os privam dos serviços de educação, saúde, cultura, lazer disponíveis, não importa como, mas pelo menos existentes, nas cidades.

Na verdade, trata-se de boa oportunidade para discutir um episódio importante da história da agropecuária brasileira. Aconteceu em 1943, quando a demagogia e o populismo excluíram os trabalhadores rurais da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A exclusão criminosa foi oferecida como consolação aos produtores rurais pelo tabelamento irreal dos produtos agrícolas. Por mais dramático e difícil que fosse a adaptação, o princípio da equiparação universal dos direitos do trabalhador não poderia ter sido desdenhado. Muito menos a atividade econômica da agricultura poderia prosperar, engessada, para garantir a estabilidade dos preços dos alimentos. Correram juntos o processo institucional de desvalorização perversa do trabalhador do campo e a marginalização econômica do produtor rural.

Passaram-se 45 anos até que a Constituição de 88 eliminasse irreversivelmente a diferença. O troca-troca imoral ostensivamente consagrado pela CLT desafiava a condição humana - por que o tratamento diferenciado entre trabalhadores urbanos e rurais? - e a teoria econômica, como se fosse possível uma atividade produtiva (francamente inserida no mercado) levar sem poder reajustar preços conforme seus custos. Ou seja, negaram-se aos produtores rurais os suportes concedidos à indústria. Até hoje prevalecem sequelas dessa diferença de tratamento.

Querem um bom exemplo?

Com a queda dos preços das commodities - que envolve os principais itens da produção agropecuária do País e deve chegar a até 23%, em dólar -, é estarrecedor que a sorte dos empregos no campo não esteja recebendo a mesma atenção que é dada, por exemplo, aos trabalhadores da indústria automobilística e outras.

() Kátia Abreu, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA*

Eventos

Agrishow: No período de 27 de abril a 02 de maio próximos, realizar-se-á a Feira Internacional da Tecnologia Agrícola em Ação, na cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo. Trata-se de um evento que movimentará mais de R\$ 700 milhões, reunindo mais de 600 expositores e recebe mais de 130 mil visitantes, sendo algo que qualquer interessado em agronegócio procura participar. Informações: agrishow.com.br

CONBEA 2009: o 38º Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola - CONBRA 2009, será promovido no período de 02 a 06 de agosto de 2009, em Juazeiro na Bahia e Petrolina-PE, sob o tema "Planejamento da bacia hidrográfica e o desenvolvimento da agricultura" serão abordadas questões que permitem a construção de um debate em torno dos desafios da Engenharia Agrícola, no campo científico e tecnológico. Informações: fone (16) 3203-3341 ou www.sbea.org.br/conbea2009.htm

Show Rural: O Show Rural Coopavel 2009 será realizado no período de 09 a 13 de fevereiro de 2009, na cidade de Cascavel, no Paraná. O evento tem a organização e promoção da COOPAVEL. Informações: www.showrural.com.br

ALERTA AOS PRODUTORES RURAIS

A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL É OBRIGATÓRIA E ENTRE AS SANÇÕES ESTÁ A COBRANÇA JUDICIAL.

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Parlamentares negociam medidas para preservar safra agrícola

A Frente Parlamentar da Agropecuária negocia medidas com o governo para que a safra deste ano não seja prejudicada. Segundo o Deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), o custo dos fertilizantes e o seguro agrícola são dois pontos prioritários para os produtores.

Um estudo da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) alerta para os riscos que o produtor rural terá de enfrentar em, 2009, devido à crise financeira internacional. Os preços mais baixos pagos ao setor, os custos elevados de produção, especialmente dos fertilizantes, as restrições ao crédito e a queda das cotações internacionais são os principais problemas apontados.

De acordo com o documento, o cenário em 2009 requer atenção especial do governo brasileiro para reverter a expectativa negativa de comercialização da atual safra.

Luis Carlos Heinze ressalta que é preciso definir o que fazer para baratear o custo dos fertilizantes e dar garantias ao produtor. Ele afirma que atualmente, sem garantias, o produtor fica sem crédito com os bancos, a indústria, as cooperativas

e cerealistas, “que são hoje quem financiam, basicamente, a agricultura”. “O seguro é um ponto extremamente importante para termos a garantia do produtor, porque hoje a garantia é o seu patrimônio e a sua produção”, destaca.

Mais importações - A própria Conab reconhece que a atual conjuntura poderá desestimular o produtor nacional, quanto ao plantio da safra 2009/2010. A companhia alerta que uma redução da produção exigirá mais importações, em um ambiente de safra mundial menor, com preços altos e com dólar valorizado. O resultado, segundo o documento, será o sacrifício, ainda maior, da balança comercial do Brasil, já afetada pela crise financeira internacional.

Neste ano, o órgão já previu redução de 5% da safra nacional de grãos. O Deputado Luis Carlos Heinze acredita que o impacto pode ser ainda maior e ressalta que apenas ações pontuais não serão suficientes. Ele lembra que o setor rural concentra 40% dos empregos no País e que será necessária, portanto, uma política ampla de governo para mantê-los.

Produtores terão mais prazo para pagar dívidas de crédito rural

Os produtores rurais com dívidas de operações de custeio e investimento terão prazo até 31 de março para pagar seus débitos junto aos bancos. A decisão foi aprovada hoje (29/1) pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que realizou sua primeira reunião ordinária de 2009, em Brasília. A medida vale apenas para quem aderiu ao processo de renegociação no âmbito da Lei 11.775, que definiu no ano passado a repactuação de R\$ 75 bilhões em débitos de produtores, envolvendo 2,8 milhões de contratos. Este prazo contempla os contratos com recursos dos Fundos Constitucionais e do FAT Integrar e abrange as parcelas que vencidas ou vincendas, entre 15 de outubro e 30 de março.

Para as operações contratadas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), repasadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Finame Agrícola Especial e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), os pagamentos deverão ser feitos até 15 de março. Segundo o presidente da Comissão Nacional de Endividamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, deputado Homero Pereira (PR/MT), a medida é positiva por coincidir com a época de colheita da safra. No entanto, ele ressaltou que a produção precisa ser comercializada a preços que permitam ao produtor recuperar sua rentabilidade para conseguir honrar seus compromissos financeiros. “Não adianta colher se o agricultor não tiver como pagar. O mais importante é recuperar sua renda para não ficar inadimplente e sem acesso a novos financiamentos” afirmou Pereira.

O prazo anterior para pagar a dívida era dia 30 de dezembro. Contudo, lideranças ruralistas reivindicaram prazo maior ao governo por conta da demora dos bancos em operacionalizar estes

pagamentos, o que deixou muitos produtores inadimplentes. Com aprovação, os produtores que aderiram à renegociação poderão liquidar totalmente o passivo ou pagar um percentual mínimo e redistribuir as outras parcelas para os anos seguintes, conforme a renegociação no âmbito da Lei 11.775. Também foi prorrogado para o fim de março o prazo para que os bancos formalizem a renegociação de dívidas de custeio rural prorrogadas em 2004 e 2005 e do FAT Giro Rural.

O CMN ampliou, também, para 15 de março, a data para contratação de uma linha de R\$ 500 milhões para que produtores do Centro-Oeste possam pagar os 40% da parcela de operações de investimento que venceram em 2008. Desta forma, o Governo atende a outra reivindicação do governo, pois muitos agricultores deixaram de pagar esta prestação diante da falta de renda do setor. Este percentual da parcela a pagar que venceu no ano passado também ficou definido na renegociação prevista na Lei 11.775.

Em relação à cafeicultura, o CMN decidiu pela prorrogação, também para 31 de março deste ano, das operações de custeio vencidas ou vincendas entre 1º de dezembro do ano passado e 30 de março. Pelo voto aprovado, os produtores terão 60 dias para amortizar 20% do valor devido e poderão redistribuir os 80% restante em quatro parcelas anuais, com a primeira prestação vencendo em 2010, na época em que o produtor tiver renda maior. Também foi rolada, por 360 dias, a parcela das operações de estocagem contratadas entre 1º de abril de 2007 e 31 de janeiro de 2008. O Governo deverá propor alteração na Lei 11.775 (a lei da renegociação) para permitir a renegociação, até 30 de junho, das dívidas com recursos do Funcafé alongadas até 2020.

PRODUTOR RURAL: Pague a Contribuição Sindical em benefício da manutenção do Sistema Sindical Rural

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Renda agrícola deve cair 7% em 2009

A renda agrícola prevista para 2009 é de R\$ 152 bilhões, redução de 7% em relação à obtida no ano passado, já descontada a inflação. Esse indicador refere-se ao valor bruto da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas a partir dos levantamentos da produção divulgados nesta semana pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na avaliação do coordenador-geral de Planejamento Estratégico, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), José Garcia Gasques, "apesar da queda relativamente acentuada da renda agrícola, o valor estimado para este ano situa-se entre os maiores valores já obtidos, inferior somente ao de 2008".

Vários fatores têm sido apontados para a diminuição de renda. De acordo com Gasques, os mais relevantes são os preços mais baixos das *commodities* agrícolas, os efeitos do clima no Sul do país e a falta de recursos privados de *tradings* e da indústria de insumos para o financiamento agrícola.

Entre os 20 produtos utilizados para o cálculo da renda agrícola, 14 apresentam declínio, como o trigo (33,6%), milho primeira safra (26,7%), cebola (20%) e algodão herbáceo (14%). A queda na produção dessas lavouras e também no café, estimada em 16,2%, foi decisiva para um resultado menor da renda neste ano, observa o coordenador-geral.

Cálculo da renda - A renda agrícola refere-se ao Valor Bruto da Produção (VBP) de 20 lavouras e é obtida multiplicando a quantidade produzida pelo preço recebido pelos agricultores. A metodologia de cálculo da renda do café mudou em setembro. Os preços utilizados são do Cepea/Esalq/USP para o café Arábica tipo 6 e, no caso do Espírito Santo, foi utilizado o preço do café *Conillon* tipo 6, também do Cepea. Os demais preços continuam com a fonte da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

pequenas NOTAS



Preço do leite registra queda no Nordeste: O preço pago pelo litro do leite ao produtor do Nordeste teve nova queda em janeiro. Segundo levantamento da Scot Consultoria, na Bahia, principal bacia leiteira da região, o valor pago aos pecuaristas caiu de R\$ 0,647 para R\$ 0,635/litro, registrando a quinta queda mensal consecutiva. No entanto, a maior retração ocorreu no Maranhão, cuja queda foi de 20%, de R\$ 0,570 para R\$ 0,433. No Ceará, o preço passou de R\$ 0,63 para R\$ 0,62, enquanto em Pernambuco o valor recebido pelos produtores foi reduzido de R\$ 0,69 para R\$ 0,68. Em Alagoas, o preço ficou estável em R\$ 0,69. Apesar da pequena participação deste estado na produção nacional, o valor do litro foi o mais alto praticado no País. Em geral, as chuvas que caíram no final do ano passado refletiram em aumento da produção. Cerca de 80% das empresas consultadas receberam mais leite em dezembro. O levantamento da Scot Consultoria aponta, também, que haverá novas baixas para o produtor no próximo pagamento, em fevereiro, diante do ritmo lento de vendas neste começo de ano.



Brasil economiza US\$ 976 milhões em importação de diesel: A produção brasileira de biodiesel proporcionou ao país uma economia de US\$ 976 milhões em 2008, referente à importação de diesel de petróleo, o equivalente a 1,1 bilhão de litros do combustível. Os dados estão no Boletim Mensal de Combustíveis Renováveis, do Ministério de Minas e Energia. Segundo o estudo, esta redução está atribuída à mistura compulsória do biodiesel ao diesel. O gasto total com a importação de diesel do petróleo no ano passado foi de US\$ 4,9 bilhões, o que representa quatro bilhões de litros, volume 36% maior do que o de 2007. O levantamento revela, também, que o Brasil exportou 5,16 bilhões de litros de etanol no ano passado. Os Estados Unidos foram os principais compradores do etanol brasileiro, adquirindo 2,8 bilhões de litros.



Empresas: Novo prazo de recolhimento do INSS: O governo federal ampliou o prazo para recolhimento do INSS das empresas (empregador rural) do dia 10 para o dia 20, a contar da competência novembro/2008. A decisão está na Medida Provisória 447, de 14 de novembro de 2008, que entrou em vigor no dia 17, data da sua publicação. Não houve alteração no recolhimento das contribuições do contribuinte individual (empregador rural), facultativo e empregado doméstico que permanece até o dia 15 do mês seguinte ao da competência, ou até o dia útil imediatamente posterior se não houver expediente bancário naquele dia.



Valorização do dólar não compensou a queda dos preços: Para agravar a situação do setor, o custo de produção subiu, principalmente por causa dos preços dos fertilizantes. A valorização do dólar não compensou a queda dos preços. Com os custos agravados pelos fertilizantes e pelas incertezas do mercado, fica difícil prever se haverá margem de lucro na safra 2008/09. O preço dos fertilizantes pegou o Brasil de "calça curta". O mercado de fertilizante no mundo é dominado por um oligopólio e existem poucos países fornecedores (Rússia, Marrocos, Chile, EUA). Para o Brasil superar esses preços de fertilizantes deve incentivar a produção de potássio e fosfatados (parcial) localmente, mas as ocorrências conhecidas estão nas mãos dos grandes fornecedores. A produção de nitrogênio depende muito de investimentos da Petrobrás (enxofre contido no petróleo) ou de encontrar ocorrências de enxofre no país. Isso leva tempo (5 anos ou mais).

CNA levará proposta do setor de revisão do Código Florestal à Presidência da República

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) levará à Presidência da República uma proposta global do setor sobre o que deve mudar no Código Florestal brasileiro que, na avaliação de sua presidente, Senadora Kátia Abreu, está obsoleto e precisa ser atualizado. Para ela, falta uma decisão de governo sobre o que é mais racional nesta questão e o que é melhor para o País. Kátia Abreu defende o desmatamento zero na Amazônia, desde que sejam regularizados a questão fundiária, os passivos ambientais e o pagamento pelos serviços de manutenção e conservação da floresta aos proprietários rurais. Mas, na sua opinião, o mais urgente é buscar uma solução para o problema da reserva legal e da recomposição das Áreas de Preservação Permanente (APP^S) e promete trabalhar para resolvê-lo.

Kátia Abreu argumenta que os produtores rurais não podem arcar com o ônus da recuperação das matas ciliares e da reserva legal, pois não têm recursos para gerir sozinho ações desta natureza. Cita, ainda, o fato de que foi o próprio governo que financiou o desmatamento dessas áreas, em épocas anteriores, quando as suas definições legais eram regidas por outras normas. Para ela, o importante agora é regulamentar o uso destas áreas, proibindo efetivamente as atividades agropecuárias e industriais nas áreas consideradas tecnicamente impróprias, com amparo de base científica, pois dificilmente será possível recuperar integralmente áreas que já foram alteradas.

A presidente da CNA defende a necessidade de o governo brasileiro estabelecer os princípios básicos que nortearão a legislação ambiental e a revisão do Código Florestal, deixando para os Estados o detalhamento das normas. Caberia ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) a fiscalização do cumprimento das medidas estabelecidas.

Para a senadora, a atualização do Código Florestal deverá atender a produção sustentável e os serviços ambientais prestados pelos produtores. Argumenta que a legislação deve ser tratada de forma pragmática, levando em consideração a questão econômica. Diz que as áreas desmatadas para a produção de café, arroz, maçã, cana-de-açúcar ou uva não podem agora ser simplesmente destruídas e substituídas por florestas sem valor ecológico ou econômico. Além de entregar oficialmente à Presidência da República uma proposta do setor para a revisão do Código Florestal, a presidente da CNA quer discutir com o Governo as soluções possíveis para essa questão, que vem gerando tensões nas áreas produtivas do País.

ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO

Resumo da reunião de 16 de dezembro de 2008

Tema: A Crise Financeira Internacional e a Economia Brasileira

Palestrante: Dr. PEDRO JORGE RAMOS VIANNA, Coordenador Do Instituto De Desenvolvimento Industrial – INDI/FIEC.



O Sr. Coordenador Flávio Saboya abriu a última reunião do Agropacto do ano de 2008, dando as boas-vindas a todos, passou a palavra ao palestrante, que iniciou dizendo da satisfação de estar no Agropacto para apresentar a crise financeira internacional e a economia brasileira. apresentou alguns conceitos, entre elas o de subprime: o termo “prime” tem, nos estados unidos, a conotação de “preferencial”. Assim, se usa a taxa de juros “prime” para clientes preferenciais. Portanto “Subprime” neste contexto designa clientes não-preferenciais. Discorreu sobre os porquês da crise, entre eles: Baixa da taxa de juros no mercado imobiliário; empréstimos a clientes subprimes, (risco maior, retorno

maior), etc. e o que a causou; alto valor dos imóveis (uma bolha), o FED voltou a aumentar as taxas de juros em fins de 2006; os clientes Subprimes não mais puderam honrar seus compromissos, etc. Disse que a crise começou em agosto de 2007, quando o BNP congelou 2.0 bilhões de euros dos fundos e também em agosto de 2007 o American Home Mortgage (AHM) pediu concordata e o CITICORP e outros grupos perderam bilhões de dólares. E se intensificou em setembro de 2008, A FANNIE MÃE E A FREDDIE MAC começaram a apresentar problema de liquidez. estas duas empresas respondem por quase US\$ 6.0 trilhões dos empréstimos imobiliários nos estados unidos. o tesouro americano deu uma ajuda de US\$ 200 bilhões. 63% da crise foi nas Américas e 33% na Europa. Economia americana no contexto mundial: PIB de 21.4%, 9,6% das exportações, população em 4.7%. Situação do Ceará e do Brasil: petróleo foi a grande queda, também ocorrendo nos gêneros alimentícios e a crise afeta este lado: no mercado financeiro a oferta de dólares no mercado brasileiro depende dos investimentos estrangeiros no mercado de títulos e ações; a dívida interna brasileira é também composta pela venda de títulos federais a estrangeiros; os bancos brasileiros pedem emprestado a bancos estrangeiros para emprestar no mercado interno, etc. exemplificou

no mercado do crédito bancário situações com o FNE, também para a indústria e fontes de financiamento rural, basicamente institucionais de bancos públicos menos afetos ao problema da falta de crédito internacional. Na carteira de crédito do Banco do Brasil na sua maioria é do crédito rural, da ordem de 23 bilhões de dólares e nas operações de crédito rural nos sistema bancário brasileiro, 10/2008 representa 57%, grande provedor de recursos é o banco público. Efeitos da crise no Ceará e Brasil: algo em torno de 31% no total das exportações, sendo lagosta com queda de 71%, calçados, 41%, etc. Perspectivas para 2009 vai depender de como o governo, a sociedade brasileira e estrangeira vão reagir, ressaltando que as medidas adotadas pelo governo brasileiro foram corretas para preservar o sistema financeiro brasileiro mas ainda são necessárias medidas especiais para preservar o sistema econômico real, não só garantindo-lhe crédito, mas também adotando medidas fiscais (incentivos) e monetárias (diminuição da taxa de juros); no Brasil 76% da população planejam manter seus planos de compra apesar da crise; boa parte da população brasileira (algo em torno de 35%) acham que a situação vai melhorar; mas quase 60% acham que sua situação particular vai melhorar; os investimentos privados podem diminuir, haja vista que, em 2007, 51% das empresas se utilizavam do autofinanciamento. apenas 26% se utilizaram do bndes; 14% se utilizaram do mercado de ações e debêntures e apenas 9% recorreram às captações externas; prognóstico do IBGE para a safra de grãos em 2009: 140,2 milhões de toneladas: queda de 3,8% em relação a 2008; produção de soja: a consultoria céleres previu que a safra brasileira de soja de 2008/09 ficará em 59,4 milhões de toneladas, abaixo dos 61,0 milhões de toneladas deste ano. Queda de 2,62%; Indústria de ração: de acordo com o Sindirações, o setor de nutrição animal deverá fechar o ano de 2008 com uma expansão de 10,0% na produção, atingindo a marca de 59,0 milhões de toneladas. Ressaltou que se os investimentos previstos para o Ceará (ampliação do Porto do Pecém, siderúrgica, resort Aquiraz Riviera, etc), a economia não sofrerá tanto quanto a economia brasileira. Fez algumas considerações sobre as possibilidades de investimentos no Ceará, de acordo com o que foi anunciado pelo Governador: valor dos investimentos totais = R\$ 38,7 bilhões, as hipóteses: a) os investimentos serão feitos ao longo de 5 anos, em valores iguais (R\$7,74 bilhões); b) fica no Ceará somente 50,0% do valor investido (hipótese otimista); c) fica no Ceará tão-só 25,0% do valor investido (hipótese realista). Considerando-se que o multiplicador do investimento é, aproximadamente, igual a 2, o PIB do estado será acrescido, anualmente, de R\$7,74 bi ou 3,87 bi. Isto significa dizer, a grosso modo, que o PIB do estado crescerá, anualmente, algo em torno de 16,0% e nos próximos 5 anos; ou o PIB do estado crescerá, algo em torno de 8,0% a cada ano. Finalizou agradecendo a atenção e colocando-se à disposição para esclarecimentos.

Debates

O Sr. Coordenador justificou a ausência do Presidente Torres de Melo, que se encontrava em Brasília, na posse da Senadora Kátia Abreu na CNA. Abriu os debates, no qual se manifestaram: Sr^a Rosália Aguiar perguntou dos 7,2 bilhões empenhados de investimentos no Ceará, qual seria

o comprometimentos de endividamento anual do Estado do Ceará e se nesse valor estavam contempladas as mais de 15 obras decenais que não foram concluídas, a exemplo do Metrofor. Observou que as rações dependem diretamente da soja e não faziam muito sentido a observação colocada sobre crescimento de uma queda da outra. O Sr. José Trajano falou sobre livro do Obama, em que diz que o País do futuro e esperança seria o Brasil e que nenhum economista brasileiro de bom senso estava preocupado com a situação do Brasil perante a crise dos Estados Unidos. Sugeriu que o auditório do Banco do Brasil passasse a se chamar auditório Torres de Melo. O Sr. Francisco Zuza parabenizou ao Agropacto pelo ano de trabalho, que tinha naquele ambiente o ponto de encontro do setor agropecuário do Ceará. Concordou com a homenagem ao Dr. Torres de Melo, disse era muito justa, que aquele auditório era o local com a cara do Agropacto. Entre outras observações, acrescentou algumas informações sobre o consumo de frutas, que estava diminuindo na Europa em relação às frutas importadas. O Sr. Artur dos Santos Júnior disse que o auditório do Banco do Brasil não tinha nome e que nada impedia de fazerem a solicitação; disse que não via problema da crise em relação a custeio, entre outros comentários. Sr. Vítor Hugo disse que gostaria de ter na Embrapa a palestra apresentada, logo no início do ano, e destacou os dados apresentados sobre a queda na venda de fertilizantes (40% do consumo mundial fica na Índia e China) e do mercado mundial de nozes. O Sr. Francisco Férrer perguntou qual o entendimento de variáveis para o Estado do Ceará, como o input do Governo do Estado, acionamento dos créditos disponíveis nos bancos oficiais e a variável psicológica a qual todos estão submetidos. O Sr. palestrante deu algumas respostas: que o Governo americano terá que ajudar às montadoras; que o Governo brasileiro não pode deixar de aportar recursos através dos bancos; que uma taxa de câmbio diferenciada para importação de fertilizantes poderia ser uma das soluções para o setor; os bancos representam 50% dos investimentos de longo prazo no Estado do Ceará e depende menos dos recursos internacionais; em termos psicológicos, a população ainda está confiante na economia brasileira; que acredita não ter ação de recessão violenta pela ação que os governos estão tendo. O Sr. João Teixeira pediu que fizesse a análise da economia mundial real e virtual e no que o aumento da economia virtual prejudicaria; por que as federações ainda não apresentaram propostas ao Governo para que gaste o recurso que dispõe. O Sr. Germano Bluhm provocou que no próximo ano utilizasse o espaço para apresentar o avanço das câmaras setoriais. Disse da satisfação em abrigar a última reunião do ano e que o Sebrae estava sempre à disposição. O Sr. palestrante disse que desde que criaram mercado de capitais, é dominado pelos especuladores; que os estados Unidos perderam a hegemonia financeira; fez comentários sobre a economia real e virtual. O Sr. Edmar Vieira disse que acreditava numa mudança na cadeia do caju, por conta da tecnologia que se apresentava. O Sr. Coordenador desejou a todos boas festas, informando que só teriam reunião do Agropacto em 3 de fevereiro e convidando a todos para o coffee break oferecido pelo Sebrae. Encerrou a reunião.